

NÓS DE FURNAS

Boletim Oficial da Associação dos Empregados de Furnas – Nº 001 – 25/07/2017

Abaixo o rivotril: ou Furnas acorda, ou será esquartejada!

Ainda em 2015, o então vice-presidente da república Michel Temer publicou uma série de “propostas” para o país em um documento denominado de “Uma ponte para o futuro”. Ao assumir interinamente a presidência em maio de 2016, lançou um texto em sintonia com o documento de 2015. O texto de 17 páginas denominado “A travessia social” entre outras coisas dizia que: “O Estado deve transferir para o setor privado tudo o que for possível em matéria de infraestrutura. Quanto às competências que reservará para si, é indispensável que suas relações com contratantes privados sejam reguladas por uma legislação nova, inclusive por uma nova lei de licitações. É necessário um novo começo das relações do Estado com as empresas privadas que lhe prestam serviços”.

Nesta direção, em junho de 2016, Temer editou a MP 735/2016 que facilitaria a transferência do controle de ativos e as privatizações de empresas elétricas. Em tese, a MP ajudaria apenas a viabilizar a venda de ativos da Abengoa e a privatização das distribuidoras da Eletrobras, a começar pela CELG (em sociedade com o governo goiano).

Neste momento, a imprensa passou a sinalizar com possibilidades de privatização das empresas de geração e transmissão do Grupo Eletrobras (com destaque para Furnas) e tudo foi prontamente desconversado e abafado. O discurso da nova direção da Eletrobras era de que queria sair do negócio de distribuição para tonar-se “a melhor empresa de geração e transmissão de energia elétrica da América Latina”.

Pois bem, no início de julho de 2017 o Ministério de Minas e Energia lançou duas consultas públicas (32 e 33) visando, entre outras coisas “reorganizar o setor elétrico brasileiro e aprimorar o seu marco regulatório”. Não é novidade para ninguém que a regulação do setor elétrico carece de ajustes. Ao longo desta década, a MP 579 e a renovação das concessões por cotas foram devastadoras para as empresas do Grupo Eletrobras. Soma-se a isso a exposição ao risco hidrológico (GSF) agravada no período de reservatórios baixos.

No entanto, quando o governo resolve desatar este nó das usinas cotizadas na MP 579, ele cita na Consulta Pública 33 que as 14 usinas do grupo Eletrobras para serem descotizadas, precisam ser necessariamente **PRIVATIZADAS**. Ora bolas, este mesmo Ministério de Minas e Energia em sua Consulta Pública 32 falou em “**isonomia** entre os participantes do mercado”. Que isonomia é esta que só descotiza as usinas para o setor privado? Que estimula a privatização de usinas? Que esfacela as estatais do Grupo Eletrobras? Por que nós não podemos descotizar as nossas usinas? Afinal de contas, nós temos todo o *know how* do negócio.

Furnas seria impactada nas Usinas de Furnas, Luiz Carlos Barreto, Porto Colômbia, Corumbá, Marimbondó e Funil. A sociedade seria presenteada com uma energia mais cara e o mercado cativo seria prontamente estrangulado.

A CHESF, por sua vez, tem 90% do seu parque gerador em regime de cotas. Mas vamos pensar direitinho... O Ministro de Minas e Energia escreveu um editorial esta semana com destaque para a frase “A CHESF permanecerá sendo pública, porque ela é um patrimônio nosso”. Ora, a família do ministro tem seu curral eleitoral no Vale do São Francisco, o berço da CHESF que é patrimônio do povo nordestino. É fácil acreditar que enquanto o Ministro puder, vai proteger “os seus”, vai tirar o bode da CHESF da sala das privatizações, vai virar o herói do povo nordestino e...

Isso mesmo! Furnas volta para a alça de mira, volta ao foco das privatizações. Este é o cenário e só não vê quem não quer. Não custa lembrar que na última semana toda a imprensa colocou as geradoras em liquidação, com destaque para uma grande matéria do Jornal O Globo pondo à venda as usinas de Furnas.

Ainda na última semana, diversas SPEs de Furnas foram entregues à Eletrobras Holding a título de “redução do endividamento”. E agora já se fala em privatizar os empreendimentos próprios.

Onde isso vai parar? Se é que vai parar...

Com tantas ameaças, o que mais surpreende neste momento é o estado letárgico coletivo: os aposentados não se movem, os sindicatos de Furnas não viraram a chave (acham que podem agir como nos anos 90) e ainda não mostraram um plano concreto de reação, os gerentes se acomodam em seus cargos como se não houvesse amanhã, a base assiste a tudo como se fosse só mais um boato de verão. E a sociedade? Bom, a sociedade acha que somos todos vagabundos. Soberania nacional? Ninguém sabe o que é isso!

Pois não é boato! Juguem fora as suas caixas de rivotril que a realidade não é colorida! Já passou da hora de cada um fazer a sua parte: Aposentados devem se juntar aos ativos nesta batalha, pois além de tudo isto, voltou à pauta o PLP 268 que visa invadir os Fundos de Pensão; Os gerentes (e todos que tiverem acesso) devem ativar seus contatos políticos para fortalecer o lobby anti-privatização; Os sindicatos devem organizar-se política e juridicamente, além de promover eventos de conscientização das Bases para que todos tenham a noção exata do que está por vir; Os trabalhadores devem lotar os eventos, repercutir na sociedade a importância do setor elétrico estatal para a soberania nacional. E fundamentalmente, é hora de **TODOS** estarem unidos e conscientes.

A batalha será árdua e se quisermos ter chances, não poderemos poupar nossos esforços! E isso inclui o SEU esforço! Não há mais espaço para "da próxima vez eu vou", ou então "vai lá que eu confio em você". Ou vamos TODOS juntos AGORA, ou não haverá mais pelo que lutar. ACORDA, FURNAS!

